

CONFRONTOS DE PODERES



1. Os contornos dos poderes

A leitura das obras de Shakespeare, no coração deste milénio, dá-nos a verdadeira dimensão dos confrontos de poder. Da disputa do poder entre herdeiros de casas reais e reinos ao confronto do poder entre famílias, do choque de poder entre etnias diferentes ao irredutível e subtil jogo de poder entre os homens e mulheres. Sobretudo, faz-nos reconhecer a luta do poder dentro de cada ser humano. E aí se encontra o ponto de partida de qualquer reflexão sobre os poderes: o poder é um elemento estruturador do ser humano. Poder em relação às coisas e aos objectos; poder em relação à natureza e aos seres que a habitam; poder em relação aos outros seres humanos na relação interpessoal; poder nas relações sociais e nas diversas estruturas das sociedades em que se exprime o universo político; poder de apreensão simbólica da realidade e de referência, por vezes exclusiva, a mitos primordiais próprios.

Os confrontos dos poderes fazem intervir todos estes níveis – por vezes com relevo dado a apenas um deles, mas, mais frequentemente, em difícil interacção de vários entre eles. Mesmo nas situações em que uma primeira análise parece indicar um única causa, um olhar mais demorado leva a intuir, ainda antes de perceber, a simultaneidade das causas e a constante circulação entre elas. Os acontecimentos que marcam o último ano deste milénio – com a diversidade de factores que entraram em jogo na guerra entre a Federação Jugoslava e os países da NATO – são um exemplo eloquente da complexidade dessa interacção de causas. Impedem-nos de reduzir os confrontos de poderes do milénio a interpretações simplistas; obrigam-nos a procurar as dimensões da complexidade que com mais impacto intervieram em diversos momentos e lugares do milénio.

Fundação Cuidar o Futuro

É preciso acrescentar que a própria noção de milénio tem sobretudo sentido numa perspectiva europeia onde a datação dos acontecimentos é referida ao acontecimento central da sua história. Outras civilizações viveram e dataram a sua história até a uma época recente em referência a outras formas de contar o tempo, como, p. ex., na China as várias dinastias.

No começo do milénio, o continente asiático era atravessado por invasões e lutas de civilizações e etnias diferentes; o seu desenvolvimento social e cultural havia atingido enorme esplendor, manifestado muito especialmente nas civilizações coreana, chinesa e japonesa; a sua organização política, embora sofisticada, não conseguira fazer face às grandes fomes que ciclicamente dizimavam grande parte das populações; sucedem-se no continente várias religiões que se tornam religiões de Estado e que se caracterizam por uma total separação entre a esfera religiosa e a esfera temporal, não tendo, por isso, a Ásia conhecido “guerras religiosas”.

O continente africano tivera o seu apogeu na zona do Egipto e do Magreb, durante os dois a três milénios que precederam a vinda de Cristo. A zona árabe é invadida pelos povos vindos de leste, em particular os assírios, e mais tarde são os próprios árabes que vão descendo pela costa oriental de África e destroem os reinos e impérios que já então existiam no continente, com formas de organização que se contam entre as mais comunitárias do mundo, e exprimindo uma religiosidade profundamente ligada à terra, toda ela lugar do espírito.

As ainda não-designadas Américas eram palco de civilizações dispersas, possuindo formas muito elevadas de arte e grande desenvolvimento político; era, porém, muito embrionária a sua agricultura e praticamente inexistentes estruturas técnicas elementares. As suas formas religiosas assentavam em simbolismos específicos e exprimiam uma profunda comunhão com a natureza, atribuindo igual vivência espiritual aos seres vivos e aos seres mortos.

Cada uma pelas suas características próprias, estas regiões do mundo, que não parecem ter tido nenhum desejo de investigar a realidade-mundo em que viviam, são, por isso, encaradas neste artigo sobretudo como objecto de interesse dos europeus e elementos fundamentais dos confrontos de poderes na Europa.

2. O poder em relação às coisas e à natureza

Comum a todos os espaços organizados, no início do milénio, em estruturas sociopolíticas (muito desenvolvidas umas, ainda embrionárias outras) era o confronto – nos “mundos” limitados que cada um conhecia – pela posse da terra e dos seus bens.

A Europa serve-nos de paradigma nessa relação; o seu poder político é ainda rudimentar mas revela traços que vão encontrar-se em todas as civilizações. A propriedade fundiária é o esteio do regime feudal em que o senhor e proprietário constitui a autoridade temporal última.

A natureza era – e iria ser por muitos séculos – uma fonte inesgotável de bens que, face à regularidade dos ciclos naturais, gerava a convicção de que ela era o grande seio donde emergia a vida. A sobrevivência de cada povo era assim inextricavelmente ligada à posse da terra. Daí duas consequências fundamentais: por um lado, as variações demográficas (expansão natural dos seres vivos num espaço limitado) tornavam-se os primeiros factores de instabilidade, de confronto de vizinhança e de estabelecimento de fronteiras conseguidas pela força; por outro lado, os grandes fenómenos naturais que inesperadamente rompiam o equilíbrio entre os homens e a natureza haviam conduzido facilmente as várias regiões a atribuir à natureza um lugar de expressão do transcendente na sua existência. Os confrontos de poderes eram o feito de povos que se batiam pela posse da terra.

Falamos de povos não só por causa da sua identidade étnica e muitas vezes cultural e religiosa, mas também porque os seus exércitos são o resultado directo e espontâneo dessa identidade. Estava-se ainda longe dos exércitos estruturados e profissionais – muitas vezes a participação na guerra não era senão uma estratégia pessoal de sobrevivência. De resto, já perto de nós (séc. XIX), a guerra da Secessão nos Estados Unidos incluía ainda uma larga participação de gente destituída de tudo. Não é de excluir que as milícias armadas que vemos ainda em 1999 (p. ex., nos últimos meses, em Timor Oriental) sejam também constituídas por homens desprovidos de outros meios de subsistência.

Submetidos aos senhores feudais, as populações deviam restituir o que a terra produzia, ficando apenas com a porção estabelecida por contracto oral. (Que essa porção era insuficiente, mostra-o com clareza, já próximo dos nossos dias, no séc. XVII, o quadro “Les glaneuses” do pintor francês Millet, onde as camponesas vão pela seara fora à

procura dos grãos perdidos no chão após a ceifa.) A propriedade da terra é então um factor decisivo de poder. As lutas que percorrem a primeira metade do milénio são sobretudo determinadas pelo apetite por essa riqueza vinda da terra e que aumenta à medida que as terras se alargam. A agricultura exige e dá origem a produtos manufacturados que trazem à posse da terra valor acrescentado. Dá assim os primeiros passos a sociedade mercantil. Os confrontos gerados neste contexto acabam por ser, afinal, confrontos de proximidade.

O séc. XV quebra esta lógica, com o alargamento da sociedade mercantil a outras zonas geográficas. Os descobrimentos portugueses, estimulados por essa nova atitude mercantil (e mercê de saberes e tecnologias marítimas avançadas), lançam-se, numa lógica de distância, à procura de produtos raros na Europa. Primeiro os espanhóis e depois, nos séculos seguintes, ingleses, holandeses, franceses, seguem nessa esteira, mas, mais do que o comércio, é a posse permanente das novas terras que os interessa. Os confrontos são então de grande violência, conduzindo no caso das Américas (sobretudo na América do Norte) à quase total exterminação das populações autóctones. E, em África, o sistema de escravatura introduzido séculos antes pelos árabes vai fazer sangrar o continente e contribuir para criar uma segregação racial na América cujas feridas as grandes escritoras Toni Morrison e Alice Walker têm mostrado - a confirmar os estudos sociológicos existentes - estarem longe de ter sarado.

A revolução industrial vai acentuar os novos tipos de confrontos. As matérias primas encontram-se sobretudo nos países dos continentes a que chegam os europeus. A luta pela sua posse não se dá apenas com as populações locais mas também entre as potências europeias que desejam fortalecer a sua presença em novas latitudes e alargar assim o seu poderio.

Apesar da independência de todos os territórios ocupados que tem tido lugar desde a Conferência de Bandung (1955), é preciso reconhecer que é ainda a mesma lógica que domina as relações entre Estados. Os últimos 30 anos mostram a dificuldade que encontram os novos países de entrar livremente no mercado internacional. Apesar da escolha do modelo de economia de mercado livre ser uma condicionalidade das instituições internacionais de crédito, é um mercado altamente proteccionista dos países industrializados que enfrentam os países do hemisfério Sul. As sucessivas rondas do GATT e a Organização Mundial de Comércio que delas nasce são um novo tipo de confronto de poder em que estão em causa: a disputa de mercados; a definição unilateral pelos países importadores do preço de matérias primas originárias do Sul; a permanência de uma lógica de concorrência que já não tem como objectivo a garantia da sobrevivência dos povos mas sim a acumulação excessiva e o consumo desenfreado do hemisfério Norte.

Estão a criar-se condições para confrontos de poder à escala mundial. O hemisfério Norte intensifica o seu poder, acentuando o monopólio sobre o saber e as tecnologias, através do domínio exclusivo sobre as patentes, enquanto 1.300 milhões de pessoas vivem, no hemisfério Sul, abaixo do nível de sobrevivência. A chegada, durante os próximos 50 anos, de mais 3.500 milhões de seres humanos a um planeta que já conta com 6.000 milhões (e o facto de apenas 1% desse acréscimo se vir a dar no hemisfério Norte) faz recear um novo tipo de confronto que, tendo raízes económicas, não deixará de ser um novo rosto da guerra, agravado, entre outros factores, pela dispersão de material de guerra nuclear que tem tido lugar desde o fim da Guerra Fria.

3. O poder nas relações entre as estruturas sociais e políticas

O milénio pode ser olhado também - e concomitantemente - através da evolução dos confrontos de poder que nasceram das estruturas sociais e das configurações políticas que foram sendo definidas ao longo do milénio.

O regime feudal (assim definido na Europa mas com contornos muito semelhantes em outras civilizações) conferia um poder absoluto ao proprietário das terras e autor da lei e da justiça. As populações têm de se subordinar a esse poder sem outra razão senão a da sobrevivência pessoal e da sua família. O começo do milénio vê a transformação de pequenos feudos, em alguns casos de verdadeiros condados e reinos, em nações que resultam de um pacto tácito de possibilidade de defesa, apesar da grande diversidade que muitas delas comportam. Diversidades tais que ainda no último século do milénio a maior parte dos conflitos de poder conduzindo à guerra tem uma forte componente de defesa da nação em relação ao seu enquadramento político.

Até às grandes revoluções fundadoras, os povos foram-se definindo enquanto nações com um grande potencial de coesão e de resposta às agressões exteriores. O sistema político foi definido como um sistema em que a herança é decisiva. Na Europa caracterizou-se como monarquias absolutas, mais tarde constitucionais. É curioso verificar como ainda hoje, noutros continentes, especialmente na Ásia, a estrutura familiar de poder é ainda bem nítida, revelando-se a única que até agora tem permitido o acesso de mulheres ao topo da estrutura política (casos da Índia, Sri Lanka, Filipinas, Paquistão).

A expansão comercial das nações europeias para outros continentes vai consolidar o movimento que faz nascer a própria noção de Estado - espaço administrativamente organizado, população politicamente enquadrada

Fundação Cuidar o Futuro

São profundamente dissemelhantes as relações internas de cada Estado com as nações que o integram. Em alguns casos pode falar-se com propriedade de Estado-nação, tal é a identificação entre um e outra quer por razões históricas (Portugal) quer por políticas deliberadas de integração (França). Em outros casos, mantém-se ainda no termo do milénio a ambiguidade entre o Estado e as Nações que os formam. As expressões dessa ambiguidade vão desde movimentos considerados terroristas de regiões que procuram um estatuto de Estado autónomo até à divisão do Estado nas regiões que o compunham. O risco de desagregação da Rússia bem como a guerra que desmembrou a Jugoslávia são os exemplos mais próximos dessa ruptura.

A África é a região do mundo onde se tem sentido consistentemente desde o período das independências o confronto de poderes de verdadeiras nações (baseadas em afinidades étnicas e culturas próprias) dentro das fronteiras de Estados resultantes das lutas entre as potências colonizadoras pelo domínio de novos territórios. Não se pode esquecer - como o nota sem condescendência Georges Steiner no seu excelente livro sobre a definição de cultura - que, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, "a riqueza intelectual e a estabilidade de que gozam a burguesia e a alta burguesia durante o longo verão do liberalismo repousam directamente sobre a dominação económica e, em última instância, militar do que se chama hoje países sub-desenvolvidos ou Terceiro Mundo". É dessa dominação que, mesmo possuindo a independência política, os países africanos procuram libertar-se num mecanismo bem conhecido em que o oprimido se torna por seu turno opressor.

As revoluções fundadoras e de forma paradigmática a Revolução Francesa, não acabam com os confrontos de poderes mas introduzem transformações radicais não só na conceptualização da cidadania mas, para além da esfera estritamente política, no plano cultural. Steiner considera que elas representam “verdadeiros ciclones do ser, metamorfoses da paisagem histórica tão brutais que são investidas, quase instantaneamente, pela sóbria grandeza da lenda”.

É neste período que Locke e Rousseau, entre outros, desenvolvem as bases do “contrato social” que vai permanecer incólume, nos seus fundamentos, durante os dois últimos séculos do milénio, dando legitimidade e racionalidade ao Estado-nação. Se, por um lado, a ideia do “contrato social” permitiu o alargamento do exercício da política a áreas cada vez mais vastas da vida das populações, também, por outro lado, contribuiu para exacerbar o desejo de domínio de vários Estados-nação em relação a outros.

Neste fim de milénio, regressam as nações enquanto os Estados se reduzem a aspectos sobretudo de gestão colectiva. Grande parte das tarefas que cabiam tradicionalmente aos Estados, qualquer que fosse a sua dimensão, tendem a ser realizadas por entidades de âmbito regional mais amplo onde a diversidade torna a governância política cada vez mais complexa. É neste contexto que é legítimo pensar que a qualidade de vida dos cidadãos será cada vez mais assegurada a um nível de proximidade que torne humanas e eficazes as acções desenvolvidas.

A soberania virá a ser mais claramente definida e assumida a um grau de maior complexidade. A necessidade que hoje parece imperiosa de dotar a Europa de uma força de defesa exigirá que ela se dote de uma “Declaração de direitos” em que fiquem bem claros os níveis a que deverão ser tomadas as decisões. É desejável que o mesmo venha a acontecer em outras regiões. Pode então surgir um mundo multipolar, sem dominação nem hegemonia e em que os confrontos se resolvam pela negociação.

4. O poder nas dimensões culturais e religiosas

Nem a procura da apropriação de mais riqueza nem a luta pelo poder que decorre dos monopólios verticais esgotam os factores que determinam os grandes confrontos pelo poder durante o milénio. Profundas transformações marcam também o relacionamento religioso entre povos e civilizações.

Na primeira metade do milénio tomam particular vulto dois tipos de confrontos: entre a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa, como resultado de um longo antagonismo entre latinos e gregos; entre os católicos europeus e os muçulmanos árabes que durante séculos povoaram o sudoeste do continente europeu.

A separação da Igreja do Oriente, por razões teológicas, em relação à Igreja de Roma é ao mesmo tempo causa e efeito dos vincados traços culturais que caracterizam, por um lado, os países que são geograficamente o fim ocidental da “península europeia” com que termina o continente asiático, e, por outro lado, os grandes espaços que, sendo europeus, abrem, a leste, para o mundo asiático. Nos primeiros há um cruzamento secular de civilizações e etnias e de influências que resultaram das sucessivas invasões do I milénio A.D. e dos movimentos de expansão e retracção que levaram, p. ex., a Dinamarca, a Suécia ou a Lituânia a entrarem no continente europeu ou que fizeram das

grandes cidades italianas propriedade dos normandos. Nos segundos, há uma homogeneidade mais forte, resultante da predominância quase total das etnias eslavas. Por isso, enquanto no Ocidente da Europa há uma aptidão socio-cultural para uma Igreja centralizada, capaz de manter unidos povos com diversas composições, no mundo dos eslavos é possível a existência de uma Igreja que se molda às diversas configurações nacionais e nelas tem um papel central.

Num e noutro espaço desenvolveram-se culturas bem diferenciadas que vão culminar nos séculos XVIII e XIX em expressões literárias e artísticas com características singulares. Basta pensar que enquanto face à Revolução Francesa (no que ela significa de fenómeno global) a literatura ocidental se concentra nos grandes temas que traduzem os amores e os feitos dos homens, quando não nas contradições e no narcisismo de uma cultura burguesa, a literatura do mundo eslavo desenvolve as interrogações do universo místico característico dos povos eslavos e estimulado pela total separação entre o profano e o sagrado presente na teologia e no ritual ortodoxos. (Seria sugestivo verificar até que ponto estas diferenças tornaram possível o enraizamento do pensamento de Marx na Rússia e apenas marginalmente no mundo ocidental, determinando assim, mesmo nas suas repercussões mundiais, o fenómeno de confronto de poderes mais importante de todo o séc. XX.)

O confronto entre europeus cristãos e árabes muçulmanos tem um cunho bem diverso. Portadores de um desenvolvimento científico que os europeus ainda não haviam atingido, os árabes têm uma profunda influência nas zonas geográficas que ocuparam. A chamada “reconquista” pelos europeus faz apelo a uma motivação religiosa para afinal realizar o objectivo primeiro das lutas de poder: a extensão do território e a apropriação das suas riquezas.

Não se localiza apenas na península itálica esse confronto entre europeus cristãos e árabes muçulmanos. A ocupação de Jerusalém pelos muçulmanos gera um fenómeno sem precedentes – a dinâmica de peregrinação que leva os povos europeus a empenharem-se nas “cruzadas” que, a par do objectivo de “chegar a Jerusalém” (tema messiânico e escatológico por excelência), é visto pelos mais religiosos (de que é exemplo paradigmático Luís IX, de França, que no caminho deixou a sua vida) como uma forma de penitência e de esforço pela salvação eterna. (Não será talvez indiferente ao problema palestiniano, ainda não totalmente resolvido no fim do milénio, a intensidade religiosa de que esse período da história de Jerusalém foi investido).

O confronto religiosos e a noção da singularidade do Deus dos cristãos vai acrescentar à expansão da Europa noutros continentes não só uma dimensão de evangelização, muitas vezes realizada sem o respeito pelas culturas de outros povos, mas também transportar para outras latitudes rivalidades existentes entre cristãos. As perseguições de que serão objecto os cristãos do séc. XVII no Japão são o resultado directo dessas rivalidades que não são indiferentes os poderes temporais de que são originários os missionários. Também a China vai ser teatro de querelas doutrinárias entre diferentes tendências cristãs.

É ainda na primeira metade do milénio que se intensifica a marginalização dos judeus. Como Freud tão intensamente o estudou e transmitiu, o conflito dos judeus com os cristãos reside, da parte dos judeus, na convicção de que os cristãos traem o monoteísmo hebraico para, usando embora as mesmas fontes, enveredarem por um caminho que ainda carrega consigo elementos de politeísmo contra o qual os judeus definem a sua

identidade. Por seu turno, os cristãos, concentrados mais na crucifixão e morte de Cristo do que na sua Ressurreição, vêem os judeus como os responsáveis pela morte de Cristo. A perseguição dos judeus na península ibérica e, de forma menos trágica, em muitas cidades europeias, não deixa indenes nem sequer os povos eslavos. A que horrores conduziu essa violência está escrito em letras de sangue na história do último século do milénio.

A segunda metade do milénio assiste a outra grande divisão entre cristãos e conduz a alguns dos confrontos mais longos e violentos do milénio. A Reforma, desencadeada por Lutero e, de forma ainda mais radical, por Calvino, vai provocar as guerras de religião. Acentua-se durante este período a subordinação do povo à autoridade temporal. Por motivos menos teológicos, também na Inglaterra se dá a separação em relação à Igreja de Roma. Mais tarde são estes movimentos que vão constituir o esteio doutrinal do estilo de vida americano e fomentar os valores do novo Estado. Em África e na Ásia, as formas religiosas nascidas da Reforma exercem também uma influência notória na divisão entre vários grupos. Só na América Latina, que permanece ligada aos países da península ibérica até aos séculos XVIII e XIX, as lutas não têm características religiosas. Apenas uma pequena experiência dentro da própria Igreja Católica, conferindo aos índios a dignidade de seres humanos e entrando com eles numa partilha colectiva, suscita perseguição do poder temporal.

Questões directamente religiosas voltam a estar em questão com o movimento sionista, que procura por todos os meios instaurar o Estado de Israel. A sua criação em 1948 tem no entanto um cunho laico, com separação entre o temporal e o religioso. O mesmo se não dá com o advento dos fundamentalismos islâmicos que vão provocar, sobretudo no mundo árabe e persa, lutas fratricidas, acentuando as clivagens que a posse de reservas de petróleo criara entre os vários Estados.

Fundação Cuidar o Futuro

Enquanto as grandes potências se envolvem, também por causa do petróleo, nessas lutas, mudando de campo consoante isso convém as seus interesses materiais, vêem no seu seio ganhar força o laicismo, introduzido pela Revolução Francesa. A questão religiosa - que fora afinal impulsionadora do milénio - torna-se aparentemente uma questão menor no mundo industrializado.

Resta a pergunta final: e depois deste milénio, o quê? Um caminho de resposta vem na sequência do que acaba de ser dito. Para ultrapassar os confrontos de poderes que provocaram uma imensa devastação humana durante o milénio, é fundamental encontrar vias possíveis para a paz. Graças aos trabalhos de vários grupos e de grandes pensadores - como o teólogo Hans Kung - desenha-se uma nova busca de Deus no mundo que assenta menos no que divide as religiões do que nos princípios e valores que lhes são comuns. Imersas como estão nas civilizações e culturas onde tiveram a sua origem, é legítimo esperar que essa pacificação inter-religiosa conduza a uma convivência mais pacífica entre as diversas áreas do mundo.

Paralelamente, o caminho de alternativas políticas aos conceitos que moldaram o milénio que termina é uma exigência de todos os que são animados pelo desejo de criar novos modos de melhorar, de forma sustentada, a qualidade de vida de todos. São necessários não só novos conceitos como novos mecanismos e novas estruturas. A política num mundo orientado para a paz não se baseará mais no paradigma do vencedor/perdedor mas sim num novo paradigma em que todos ganham.

Aí ganharão também as novas gerações já que as ameaças que pesam sobre a sobrevivência do planeta têm de ser superadas por um renovado entendimento do equilíbrio entre as actividades humanas e a capacidade de carga do planeta, por um sentido de justiça equitativa capaz de garantir a todos os humanos uma qualidade de vida digna, por uma ética que sirva não os interesses de alguns mas que se transforme numa ética global em que novas doutrinas económicas tornem o mundo um lugar de solidariedade entre todos os humanos.



Maria de Lourdes Pintasilgo

Fundação Cuidar o Futuro

Bibliografia do texto “Confronto de Poderes”
(Eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo)

- “Cuidar o futuro”, Comissão Independente População e Qualidade de Vida, ed. Trinova, 1998.
- “L’ Europe dans son histoire”, sob a direcção de François Crouzet e François Furet, PUF, 1998.
- “Third Millennium of Korean History”, C. K. Yun, ed. Youl Hwa Dang Publisher, 1989.
- “Japanese Society”, Chie Nakane, ed. Weidenfeld and Nicolson, 1970.
- “Christianity and chinese religions”, Hans Küng, ed. Doubleday, 1989.
- “Histoire Générale d’Afrique”, UNESCO, 1990.
- “Dans le château de Barbe-Bleue – Notes pour une reféinition de la culture”, Georges Steiner, ed. Gallimard, 1973.
- “L’identité de la France”, “La naissance de la France”, Fernand Braudel, ed. Flammarion, 1990.
- “A world federation of cultures”, Ali A. Mazrui, ed. The Free Press, 1976.

Fundação Cuidar o Futuro